

E-PROTOCOLO DIGITAL n.º 24.979.376-0

DATA: 11/11/2025

PARECER CEE/CES n.º 09/2026

APROVADO EM 10/02/2026

CÂMARA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

INTERESSADA: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM)

MUNICÍPIO: MARINGÁ

ASSUNTO: Pedido de renovação de reconhecimento do curso de Graduação em História – Licenciatura, ofertado no *Campus* Sede, pela UEM.

RELATOR: AURÉLIO BONA JÚNIOR

EMENTA: Renovação de reconhecimento concedida pelo prazo de 03 (três) anos e 06 (seis) meses, de 16/03/2026 até 15/09/2029. Atendimento à Deliberação CEE/PR n.º 06/2020, de 09/11/2020. Parecer favorável com determinações, conforme constante no voto.

I – RELATÓRIO

A Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti), por meio do Ofício Seti/CES/GS n.º 906/2025 (fl. 157), de 14/11/2025 e Informação Técnica n.º 124/2025-Seti/CES/GS (fls. 155 e 156), de 13/11/2025, encaminhou a este Conselho o expediente protocolado na Universidade Estadual de Maringá (UEM), município de Maringá.

A Instituição, mantida pelo Estado do Paraná, solicitou a renovação de reconhecimento do curso de Graduação em História – Licenciatura, ofertado no *campus* Sede, mediante Ofício n.º 650/2025 – GRE/UEM, de 11/10/2025, fl. 02.

A Universidade Estadual de Maringá (UEM), sediada em Maringá, na Avenida Colombo, n.º 5790, foi criada pela Lei Estadual n.º 6.034 de 06/11/69, DOE de 10/11/1969, e pelo Decreto Estadual n.º 18.109, de 28/01/1970, DOE de 30/01/1970, sob a forma de fundação de direito público. O reconhecimento ocorreu por meio do Decreto Federal n.º 77.583, de 11/05/1976, tornando-se autarquia pela Lei Estadual n.º 9.663 de 16/07/1991. A instituição foi recredenciada mediante Decreto Estadual n.º 4225, publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná em 12/03/2020, com fundamento no Parecer CEE/CES/PR n.º 39/20, de 20/02/2020, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 12/03/2020 até 11/03/2030.

E-PROTOCOLO DIGITAL n.º 24.979.376-0

Os atos regulatórios do curso ocorreram por meio dos seguintes documentos:

a) Decreto Federal:

– reconhecimento: n.º 70.156, de 17/02/72.

b) Portaria Seti:

– última renovação de reconhecimento: n.º 157/2021, DOE de 16/03/2022, com fundamento no Parecer CEE/CES/PR n.º 101/2021, de 05/10/2121, pelo prazo de 04 (quatro) anos, a partir de 16/03/2022 até 15/03/2026, fl. 04.

II – MÉRITO

Trata-se do pedido de renovação de reconhecimento do curso de História – Licenciatura, ofertado no *Campus* Sede, pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), município de Maringá.

A instituição protocolizou o pedido de renovação de reconhecimento do curso em 11/11/2025, sendo que a Resolução Seti n.º 157/2021, terá sua vigência até 15/03/2026. O artigo 54 da Deliberação CEE/PR n.º 06/2020, estipula: *“Os pedidos de renovação de reconhecimento de curso devem ser protocolados, impreterivelmente, até 180 (cento e oitenta) dias antes do vencimento do prazo de vigência do ato anterior.”*

A UEM encaminhou, por meio do Ofício GRE/UEM n.º 650/2025, de 11/11/2025, fls. 02 e 03, justificativa sobre o atraso no envio do protocolizado nos seguintes termos:

(...) justificamos que durante a última gestão (outubro de 2018 a setembro de 2022) observou-se um número reduzido de funcionários da divisão Legislação Educacional e Regulação da Graduação (LEG), setor responsável pelos Reconhecimentos e Renovações de reconhecimentos dos cursos, acarretando o descumprimento do prazo legal (Art. 54 da Deliberação 06/20 – CEE/PR). Antes mesmo da atual gestão (iniciada em outubro de 2022), a LEG vinha sofrendo com a rotatividade de servidores, sendo que a nova chefia da divisão, iniciada em março de 2024, assumiu com esta realidade e sem qualquer transição administrativa. Até que os novos servidores conhecessem dos procedimentos e, em vista do grande volume dos cursos a serem regularizados, estes se acumularam e o tempo disponível tornou-se exíguo para atender tais pendências. Neste momento, a LEG conta com 3 servidores que estão atuando para que as próximas demandas sejam atendidas dentro dos prazos regulares, estabelecidos nas normativas.

E-PROTOCOLO DIGITAL n.º 24.979.376-0

Nas avaliações realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o curso obteve a nota 04 no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade/2021), e 04 Conceito Preliminar de Curso (CPC/2021), conforme extrato à fl. 154, o qual será considerado por esta CES para fins de renovação de reconhecimento, ficando o curso dispensado de avaliação externa *in loco*.

A matéria está regulamentada no Capítulo IV, artigos 47, 52, parágrafo único do artigo 55 e artigo 57 da Deliberação CEE/PR n.º 06/2020, de 09/11/2020:

Art. 47. O reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de nível superior são concedidos pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, à exceção de cursos com período mínimo de integralização superior a esse tempo.

(...)

Art. 52. O ato de reconhecimento de curso constitui-se em requisito indispensável à expedição e registro de diploma.

(...)

Art. 55. A Seti deve constituir Comissão de Avaliação Externa para avaliação dos cursos, com vistas à renovação de reconhecimento.

Parágrafo único. Ficam dispensados da avaliação externa os cursos cujo Conceito Preliminar de Curso (CPC) seja igual ou superior a 3.

Art. 57. O ato de renovação de reconhecimento de curso é requisito indispensável à expedição e registro de diploma.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC), adequado à Resolução CNE/CP n.º 04/2024, apresenta carga horária de 3.431 (três mil, quatrocentas e trinta e uma) horas, vagas anuais conforme Res. n.º 081/2022-CI/CCH), turnos de funcionamento matutino e noturno, regime de oferta seriado anual, período mínimo de integralização 04 (quatro) e máximo de 08 (oito) anos, fls. 03 e 158.

A instituição apresentou a Matriz Curricular do curso, fls. 34-36, 111-114, descreveu os Objetivos, Perfil Profissional do Egresso do Curso, fls. 25-27. Apresentou, ainda, o *link* da autoavaliação institucional, fl. 154.

O curso tem como coordenadora a professora Neilaine Ramos Rocha de Lima, graduação mestrado em História, ambos pela Universidade Estadual de Maringá (UEM-2005/2008) em doutorado em História, pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP-2017). A docente possui Regime de Trabalho em Tempo Integral (TIDE), fl. 05.

O quadro de docentes é constituído por 32 (trinta e dois) professores, sendo 31 (trinta e um) doutores e 01 (um) mestre. Destes, 23 (vinte e três) possuem Regime de Trabalho em Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (Tide), 09 (nove) Regime de Trabalho em Tempo Integral (RT-40). Do total de docentes, 09 (nove) possuem Contrato em Regime Especial (CRES), fls. 146 a 150.

E-PROTOCOLO DIGITAL n.º 24.979.376-0

151: A instituição apresentou a Relação Ingressantes/Concluintes, fl.

História (Matutino)						
Ingressantes (Quantitativo de alunos ingressantes efetivamente matriculados)		Concluintes (Quantitativos de alunos concluintes)				
Data de Ingresso	Nº de alunos	2020	2021	2022	2023	2024
2017	40	21	-	-	-	-
2018	37	-	16	-	-	-
2019	37	-	-	15	-	-
2020	37	-	-	-	11	-
2021	41	-	-	-	-	15
Total Ingressantes		Total concluintes				

Fonte: Metabase com dados do DAA/UEM

$$\left(\frac{\text{Nº TOTAL de concluintes dos últimos 5 anos}}{\text{Nº TOTAL de ingressantes dos últimos 5 anos}} \right) \times 100 = \text{ÍNDICE}$$

$$\left(\frac{78}{192} \right) \times 100 = 41\%$$

História (Noturno)						
Ing (Quantit ing efe mat		Concluintes (Quantitativos de alunos concluintes)				
Data de Ingresso		2020	2021	2022	2023	2024
2017	40	17	-	-	-	-
2018	40	-	14	-	-	-
2019	40	-	-	26	-	-
2020	43	-	-	-	11	-
2021	41	-	-	-	-	26
Total Ingressantes	204	Total concluintes				

Fonte: Metabase com dados do DAA/UEM

$$\left(\frac{\text{Nº TOTAL de concluintes dos últimos 5 anos}}{\text{Nº TOTAL de ingressantes dos últimos 5 anos}} \right) \times 100 = \text{ÍNDICE}$$

$$\left(\frac{94}{204} \right) \times 100 = 46\%$$

Considerando os concluintes no turno matutino dos últimos 05 (cinco) anos 2020 a 2024 conforme tabela acima, em relação aos ingressantes de 2017 a 2021, a porcentagem de 41% de concluintes e do noturno dos últimos 05 (cinco) anos 2020 a 2024 conforme tabela acima, em relação aos ingressantes de 2017 a 2021, a porcentagem de 46% de concluintes.

A UEM apresentou justificativa, fls. 153-154, no qual constam as possíveis causas de evasão, e as medidas institucionais para a manutenção da permanência dos estudantes e redução da evasão, nos seguintes termos:

O curso demonstra dados de boa procura, ocupando grande parte das vagas oferecidas; porém, é notável que o número de concluintes teve uma queda significativa no ano de 2023, processo decorrente da grande evasão causada pelo contexto da pandemia da Covid-19. Acerca das dificuldades enfrentadas pelos alunos, segundo relatos, estes destacam algumas questões, sendo elas: conciliar trabalho e estudo; questões econômicas, principalmente de alunos que se deslocam de outras cidades; calendário acadêmico em descompasso com o calendário civil; falta de identificação com o curso; e o contexto atual de desvalorização salarial da carreira docente. Outro fator fundamental que podemos sinalizar é que, durante os anos de 2017 a 2022, o curso contou com um currículo de quatro anos e meio de duração, elemento já ajustado para quatro anos a partir da entrada

E-PROTOCOLO DIGITAL n.º 24.979.376-0

dos alunos em 2023, o que acreditamos ter sido uma estratégia para conter os números ligados à evasão. Como estratégia para reter alunos trabalhadores ao longo do curso, foi criada a oferta de disciplinas no formato semipresencial aos sábados. É possível observar uma diminuição nos números de evasão em 2024, o que demonstra uma tendência ao aumento da permanência; porém, é uma preocupação do curso, que já está em processo de mobilização de estudos e comissões que analisam as questões de permanência e elaboram mais ações na busca por conter os números de evasão. Políticas institucionais de permanência, nos últimos dois anos, como o oferecimento de mais refeições no Restaurante Universitário e o aumento de bolsas, são elementos que contribuirão para que o número de evadidos diminua.

No que se refere à relação ingressantes/concluintes, esta Câmara registra o empenho do Colegiado do Curso na realização de diagnóstico detalhado acerca das causas da evasão e da baixa ocupação das vagas, contemplando fatores acadêmicos, socioeconômicos, regionais e institucionais. As análises e ações apresentadas evidenciam o compromisso institucional com a melhoria contínua da formação ofertada e fornecem base consistente para a redefinição do número de vagas, a reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso e o fortalecimento das ações voltadas à permanência estudantil.

Não obstante os esforços empreendidos e as medidas já implementadas, a recorrente não ocupação das vagas ofertadas, bem como o reduzido número de estudantes concluintes, especialmente quando analisados por turno de funcionamento, configuram aspectos que demandam acompanhamento sistemático por parte da instituição. Nesse sentido, a adequação da oferta, inclusive quanto à manutenção ou eventual revisão dos turnos, deverá ser objeto de avaliação contínua, de modo a compatibilizar a estrutura do curso à demanda efetiva e à melhoria dos indicadores institucionais de conclusão.

Os esclarecimentos prestados pela UEM, relativos às medidas estratégicas e ações adotadas para elevar a taxa de conclusão, apresentam as causas da evasão e as providências tomadas para aprimorar a relação ingressantes/concluintes.

Sobre a inserção das ações de extensão no currículo do curso a UEM informa, as fls. 138-145, que o Curso procedeu alteração em sua matriz curricular em atendimento à Resolução CNE/CES n.º 07/2018, de 18/12/2018, e à Deliberação CEE/PR n.º 08/2021, que dispõe sobre normas complementares ao assunto. Segue abaixo a transcrição de algumas informações fornecidas pela instituição: e ou atividades de iniciação à pesquisa.

Ações da Extensão do Curso de Graduação História – Licenciatura

Título da Atividade: **Memória, Imagem e Cidade**

Resumo: O Paraná é formado por 399 municípios, em sua grande maioria considerados municípios de pequeno porte, a nível populacional. Esses municípios carecem de narrativas historiográficas de sua formação, sendo um problema de ordem social, pois a memória e história de uma comunidade são componentes de sua identidade. A partir desse grande problema, o projeto em questão buscou até o momento, diminuir essa

E-PROTOCOLO DIGITAL n.º 24.979.376-0

carência de informações, e também de orientação, que permeiam essas realidades comunitárias, ao passo que propôs ações que buscassem desenvolver materiais e experiências que resgatasse parte da memória das cidades, a partir da interação dialógica, visando troca de saberes e construção de conhecimento, soluções e transformação. Durante 2024 e parte de 2025, contando com mais de 100 alunos de três cursos distintos, História EAD, CRV e Sede, mapeamos com a ajuda da comunidade, narrativas históricas já existentes, acerca das cidades e importantes instituições delas, informações que existem, porém estavam dispersas e esquecidas. As cidades contempladas nesse primeiro momento foram: Cianorte, Ivaiporã, Ivatuba, Engenheiro Beltrão, Goioerê, Tamarana, Cruzeiro do Oeste, Palmital, Umuarama e Maringá.

Título da Atividade: Higienização, Catalogação e Digitalização do acervo do Instituto Brasileiro do Café – Escritório Maringá (PROCDH-UEM)

Resumo: O projeto de extensão “Higienização, Catalogação e Digitalização do acervo do Instituto Brasileiro do Café – Escritório Maringá (PROCDH-UEM)” tem como objetivo principal realizar a higienização, organização, catalogação e digitalização do acervo do IBC que está sob a guarda do Programa Centro de Documentação Histórica da UEM. Além deste trabalho, as atividades buscam realizar a capacitação dos estudantes envolvidos,

ensinando-os sobre o trato, cuidado, gerenciamento e curadoria de documentação histórica. Na mesma direção, o trabalho tem oportunizado a pesquisadores da área de história e ciências humanas o acesso a documentos importantes para a compreensão de aspectos históricos da região norte e noroeste do Paraná, durante o período de atuação do IBC nestas regiões. Os laudos produzidos pelo IBC, em particular, têm grande relevância social, pois podem ser usados para diversos fins, como o estudo da história do café na região, a modernização da agricultura e as disputas pela propriedade da terra.

Título da Atividade: História das crenças e das ideias religiosas (HCIR)

Resumo: Socializar com a comunidade interna e externa da UEM o conhecimento científico produzido pelo Grupo de Pesquisa História das Crenças e das ideias religiosas(CNPQ/UEM), por meio de:

1. mídias eletrônicas (redes sociais, podcast e site)
2. cursos, palestras, minicursos a fim de subsidiar profissionais e estudantes da área de educação.
3. Exposições. O projeto também tem realizado o mapeamento de casas de axé no Paraná e prestado assistência a grupos vulneráveis que passam por situação de discriminação ou intolerâncias religiosas. Realiza-se, ainda, visitas sistemáticas a espaços e lideranças religiosas em Maringá, com a finalidade de identificar a diversidade religiosa na região e contribuir à promoção dos direitos humanos e uma educação antirracista.

Título da Atividade: “Arte na capa”: acervo fonográfico, patrimônio e história do tempo presente no Museu da Bacia do Paraná

Resumo: Este projeto de extensão tem como objetivo analisar as transformações estéticas das capas de discos de vinil disponíveis no acervo do Museu da Bacia do Paraná, com foco na relação entre o design das capas, os estilos musicais e o contexto histórico de cada década. Nossa proposta procura compreender as capas de discos de vinil mais do que meros invólucros para a música, mas, ao contrário, são artefatos culturais que refletem tendências artísticas, sociais e tecnológicas de cada época e de cada estilo musical. Ao analisar as capas do acervo, poderemos traçar um panorama da história da música e da cultura visual, compreendendo

E-PROTOCOLO DIGITAL n.º 24.979.376-0

como diferentes estilos musicais foram representados visualmente ao longo do tempo.

Título da Atividade: “Patrimônio em Diálogo: Arqueologia Pública e Comunicação Museológica no LAEE-UEM

Resumo: É comum observar um “abismo” entre o conhecimento científico produzido pela Arqueologia e as comunidades que têm direito à fruição e à preservação do patrimônio arqueológico. Esse distanciamento contribui para a invisibilização de memórias locais e para a exclusão de diversos públicos dos processos de construção e valorização do patrimônio arqueológico e cultural. Nesse sentido, o projeto “Patrimônio em Diálogo” propõe a promoção do acesso democrático ao patrimônio arqueológico, com foco na valorização das memórias locais e na ampliação dos diálogos para além dos limites institucionais da universidade. A partir de ações educativas, culturais e de produtos comunicacionais desenvolvidos no âmbito do Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno - história (LAEE-UEM), busca-se construir uma rede de trocas de saberes com diferentes públicos, promovendo a aproximação entre a Arqueologia, o conhecimento científico e a sociedade. O projeto fundamenta-se nos princípios da Arqueologia Pública e da Comunicação Museológica como caminhos para o engajamento social na preservação do patrimônio arqueológico e cultural, contribuindo para uma atuação mais sensível, crítica e participativa no campo da extensão

universitária. Palavras-chave: Arqueologia Pública; Comunicação Museológica; Patrimônio Arqueológico; Extensão Universitária.

Título da Atividade: “Exposição bens arqueológicos da cultura material dos povos originários no Paraná e divulgação junto ao público em mídias sociais.

Resumo: Este projeto visa a criação de um perfil do LAEE/UEM no Instagram e sua utilização como forma de tornar significativa a presença do Laboratório nas mídias sociais atuais. Essa atividade permite um diálogo em que haja um maior reconhecimento e envolvimento da comunidade externa à universidade com os conhecimentos elaborados pela equipe do LAEE/UEM.

Título da Atividade: “Ciclo de leituras e debates do Lapha/Procdh: dimensões da História Agrária no Brasil

Resumo: A atividade teve como objetivo demonstrar a relevância do conhecimento da história do Brasil a partir da perspectiva rural e a importância desse conhecimento para a reflexão sobre a sociedade brasileira. Ademais, buscou identificar possíveis meios e métodos que possam contribuir para analisar e conhecer problemas históricos relacionados à concentração fundiária, à questão agrária em sua totalidade, aos conflitos e à violência no campo.

Título da Atividade: Palestra: Fotogrametria na conservação e comunicação de acervos arqueológicos

Resumo: Participaram da palestra mais de 60 pessoas, entre professores, alunos de graduação e pós-graduação de 6 universidades brasileiras, empresas de arqueologia e profissionais de museus, o que revelou a potencialidade e importância da temática. Ao final, os participantes solicitaram um curso presencial com a palestrante.

Título da Atividade: Exposição “Os povos originários no Paraná” na Expoingá 2025

Resumo: Entendemos que os objetivos desse evento de extensão foram alcançados com sucesso, uma vez que pudemos comunicar conhecimentos

E-PROTOCOLO DIGITAL n.º 24.979.376-0

científicos sobre as populações indígenas que viveram e continuam vivendo nos territórios que hoje compreendem o estado do Paraná. Ademais, tivemos a oportunidade de apresentar a Arqueologia como ciência humana e social e oportunizar um espaço interativo com escavação simulada, especialmente dedicado às crianças. Por fim, tivemos a oportunidade de divulgar o trabalho arqueológico realizado na região, bem como de apresentar os acervos arqueológicos identificados no município de Maringá. O maior bem social promovido pela exposição foi divulgar o conhecimento científico desenvolvido a partir de pesquisas arqueológicas no estado do Paraná. As pessoas puderam ter contato com os conhecimentos e com os acervos arqueológicos salvaguardados no LAEE-UEM.

Título da Atividade: O Patrimônio Arqueológico e os Estudos de Licenciamento Ambiental: o caso dos sítios arqueológicos Trincheira (Ibema) e Bocchi (Realeza)

Resumo: Entendemos que os objetivos foram alcançados. O público-alvo da palestra foi os alunos de graduação (História e Arqueologia, sobretudo). Nesse contexto, a palestra abordou temas fundamentais: definição de patrimônio cultural e de patrimônio arqueológico, legislação brasileira referentes aos bens arqueológicos, como os sítios arqueológicos são identificados, metodologias de campo, gestão do patrimônio arqueológico, ações de educação patrimonial. Em seguida, a autora abordou o tema do Paraná: sítios arqueológicos no Paraná e seus estudos de caso. Em síntese, o maior bem social foi a promoção do debate da importância da preservação do patrimônio cultural e arqueológico no território do Paraná.

Título da Atividade: Nova (Des) ordem Mundial: entre ruínas e renascimentos (XI Congresso Internacional do PPH, XXVIII Semana de História do DHI, XI Congresso de História de Ivaiporã, IV Encontro do Prof História)

Objetivos: O XI CIH tem por objetivo servir de janela nacional e internacional para as atividades desenvolvidas pelo Departamento de História, o Programa de Pós-Graduação em História da UEM.

Resumo: Evento internacional bianual promovido pelo Programa de Pós-Graduação em História da UEM

Título da Atividade: I Seminário NUPEDHIC E PROF HISTÓRIA UEM

Objetivos: Debater com a comunidade acadêmica e os professores da rede pública as principais demandas que envolvem o ensino escola de História na contemporaneidade.

Resumo: O evento está organizado no formato de 10 seminários, cada qual com duração de 2 horas. Preveem-se pequenas conferências de pesquisadores que se dedicam ao ensino de História, seguidas de uma roda de debates e produção de sínteses possíveis sobre o assunto abordados.

Título da Atividade: Mostra de cinema: 40 anos da Nova República

Resumo: O objetivo do evento foi, por meio do cinema, discutir o Brasil pós-ditadura militar. A sessão foi realizada dia 29/10/2025. O filme exibido foi "Pixote: a lei do mais fraco" e os comentários foram realizados pelo aluno da pós-graduação em história. Com a atividade, esperamos que os alunos possam compreender melhor como os 21 anos de ditadura impactaram no Brasil pós-1985.

E-PROTOCOLO DIGITAL n.º 24.979.376-0

Título da Atividade: Laboratório de Estudos do Império Português

Resumo: O projeto pretende dar continuidade às atividades desenvolvidas no Laboratório de Estudos do Império Português, iniciadas ainda no ano de 2008. O LEIP reúne professores, pesquisadores, alunos de graduação e pós-graduação, além de membros da comunidade externa, com o objetivo de estimular o desenvolvimento de investigações sobre a expansão e colonização promovidas pelos portugueses na época moderna. Rompendo com antigos paradigmas construídos ao longo dos séculos passados, o Leip procura ir além das relações dicotômicas metrópole/colônia, buscando a compreensão da história da América portuguesa a partir de seus nexos mais amplos. O Leip vem se constituindo como um espaço onde as pesquisas sobre os mais distintos aspectos e diferentes perspectivas podem ser estudados, analisados, discutidos e desenvolvidos.

Título da Atividade: Conectando História e Ciência: O LHC nas redes

Resumo: A divulgação científica é essencial para aproximar a ciência da sociedade, ampliar o acesso ao conhecimento e promover o engajamento público em questões que impactam a vida cotidiana. No curso de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM), há uma carência significativa na comunicação das pesquisas e atividades acadêmicas para além dos muros da universidade, o que evidencia a necessidade de iniciativas voltadas à democratização do saber. A divulgação de conteúdos históricos deve ir além da simples exposição de fatos, promovendo narrativas críticas e contextualizadas que envolvam o público em debates relevantes, reforçando o papel social da ciência. Segundo Duarte(2007), o acesso à informação clara e estruturada é um direito e parte fundamental da cidadania. No contexto das redes sociais digitais, como aponta Bustamante (2010), a descentralização do conhecimento amplia as possibilidades de participação e troca. Assim, propõe-se a criação de um canal de divulgação científica no Instagram, vinculado ao Laboratório de História, Ciências e Ambiente (LHC/UEM), com foco na disseminação acessível de pesquisas, acervos, eventos e debates. A iniciativa visa promover a inclusão, fortalecer o vínculo entre universidade e sociedade e estimular a construção de uma cultura científica mais ampla e participativa.

Ao apreciar a forma de inserção das ações de extensão no currículo do curso, esta Câmara reconhece o esforço institucional de adequação à Resolução CNE/CES n.º 07/2018 e à Deliberação CEE/PR n.º 08/2021, bem como a organização das atividades extensionistas. Todavia, cumpre ressaltar que as ações de extensão, para fins de integralização curricular, devem se caracterizar, de maneira inequívoca, como atividades desenvolvidas em interação direta com a comunidade externa, orientadas à troca de saberes e à intervenção na realidade social, econômica ou institucional, tendo o estudante como protagonista do processo formativo.

E-PROTOCOLO DIGITAL n.º 24.979.376-0

Nesse sentido, as atividades de natureza exclusivamente teórica, preparatória ou de fundamentação conceitual, ainda que relevantes para a qualificação das ações extensionistas, não se configuram, por si só, como extensão universitária para fins de cumprimento da carga horária mínima exigida, devendo ser compreendidas como etapas de apoio ou de preparação às práticas efetivamente extensionistas. A centralidade da extensão reside na atuação concreta do discente junto a organizações, comunidades ou setores da sociedade, com acompanhamento docente, visando à aplicação do conhecimento acadêmico na solução de demandas reais, em consonância com o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Dessa forma, é fundamental que a instituição assegure que as atividades extensionistas previstas no Projeto Pedagógico do Curso se materializem predominantemente em ações práticas junto à comunidade, com participação ativa dos estudantes, resultados socialmente relevantes e mecanismos de acompanhamento e avaliação que permitam evidenciar sua efetiva contribuição tanto para a formação discente quanto para o atendimento às demandas do entorno social.

Ressaltamos que as ações de extensão apresentadas no projeto pedagógico do Curso (PPC) deverão fazer parte da autoavaliação institucional em atendimento ao artigo 8º da Deliberação CEE/PR n.º 08/2021, de 11/11/2021, devendo incluir, no mínimo, os seguintes itens sem prejuízo de outros:

- I – a identificação da pertinência da utilização das ações de extensão inseridas no currículo;
- II – a contribuição das atividades de extensão para o cumprimento dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional e dos Projetos Pedagógicos dos Cursos.
- III – a demonstração dos resultados alcançados em relação ao público participante. [...]

Desta forma, é importante que a IES, por ocasião da próxima solicitação de renovação de reconhecimento, encaminhe resumo descritivo das ações de extensão desenvolvidas no período, e a avaliação das suas contribuições na formação dos estudantes.

A UEM informa à fl. 34 a oferta da disciplina obrigatória de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), em atendimento ao previsto na Lei Federal n.º 10.436, de 24/04/2002 e no Decreto Federal n.º 5.626/2005, de 22/12/2005.

E-PROTOCOLO DIGITAL n.º 24.979.376-0

A IES esclareceu que os conteúdos referentes à Educação das Relações Étnico-Raciais, Educação Ambiental e Educação em Direitos Humanos, estão contemplados no atual PPC, fls. 45, 40 e 75.

Dos documentos apresentados e da análise do Projeto Pedagógico do Curso, constatou-se que atende à legislação vigente.

III – VOTO DO RELATOR

Face ao exposto, este relator é favorável à renovação de reconhecimento do curso de Graduação em História – Licenciatura, ofertado no *Campus* Sede, pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), município de Maringá, mantida pelo Estado do Paraná, pelo prazo de 03 (três) anos e 06 (seis) meses, de 16/03/2026 até 15/09/2029, com fundamento nos artigos 47 e 55 da Deliberação CEE/PR n.º 06/2020, de 09/11/2020.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC), adequado à Resolução CNE/CP n.º 04/2024, apresenta carga horária de 3.431 (três mil, quatrocentas e trinta e uma) horas, vagas anuais conforme Res. n.º 081/2022-CI/CCH), turnos de funcionamento matutino e noturno, regime de oferta seriado anual, período mínimo de integralização 04 (quatro) e máximo de 08 (oito) anos.

Determina-se à Instituição de Ensino Superior que, por ocasião da próxima solicitação de renovação de reconhecimento:

a) apresente análise atualizada da ocupação das vagas e dos indicadores institucionais de ingresso, permanência e conclusão, contemplando a relação ingressantes/concluintes por turno, bem como a avaliação das ações adotadas, indicando, quando necessário, eventuais ajustes na política de oferta do curso;

b) encaminhe a este Conselho resumo descritivo das ações de extensão desenvolvidas no período, acompanhado de avaliação de suas contribuições para a formação dos estudantes, assegurando que as atividades extensionistas consideradas para fins de integralização curricular se caracterizem como ações efetivamente desenvolvidas junto à comunidade externa, com protagonismo discente, em conformidade com a Resolução CNE/CES n.º 07/2018, de 18/12/2018, e com a Deliberação CEE/PR n.º 08/2021, de 11/11/2021.

c) observe os prazos estabelecidos na legislação vigente para encaminhamento do pedido de renovação do ato legal.

E-PROTOCOLO DIGITAL n.º 24.979.376-0

Encaminhe-se este Parecer à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (Seti) para as providências, com vistas à expedição do ato regulatório competente, nos termos da Deliberação CEE/PR n.º 06/2020, 09/11/2020.

Devolva-se o processo à instituição para constituir fonte de informação e acervo.

É o Parecer.

Aurélio Bona Júnior
Relator

DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova o Voto do Relator, por unanimidade.

Curitiba, 10 de fevereiro de 2026.

Meroujy Giacomassi Cavet
Presidente em exercício da CES